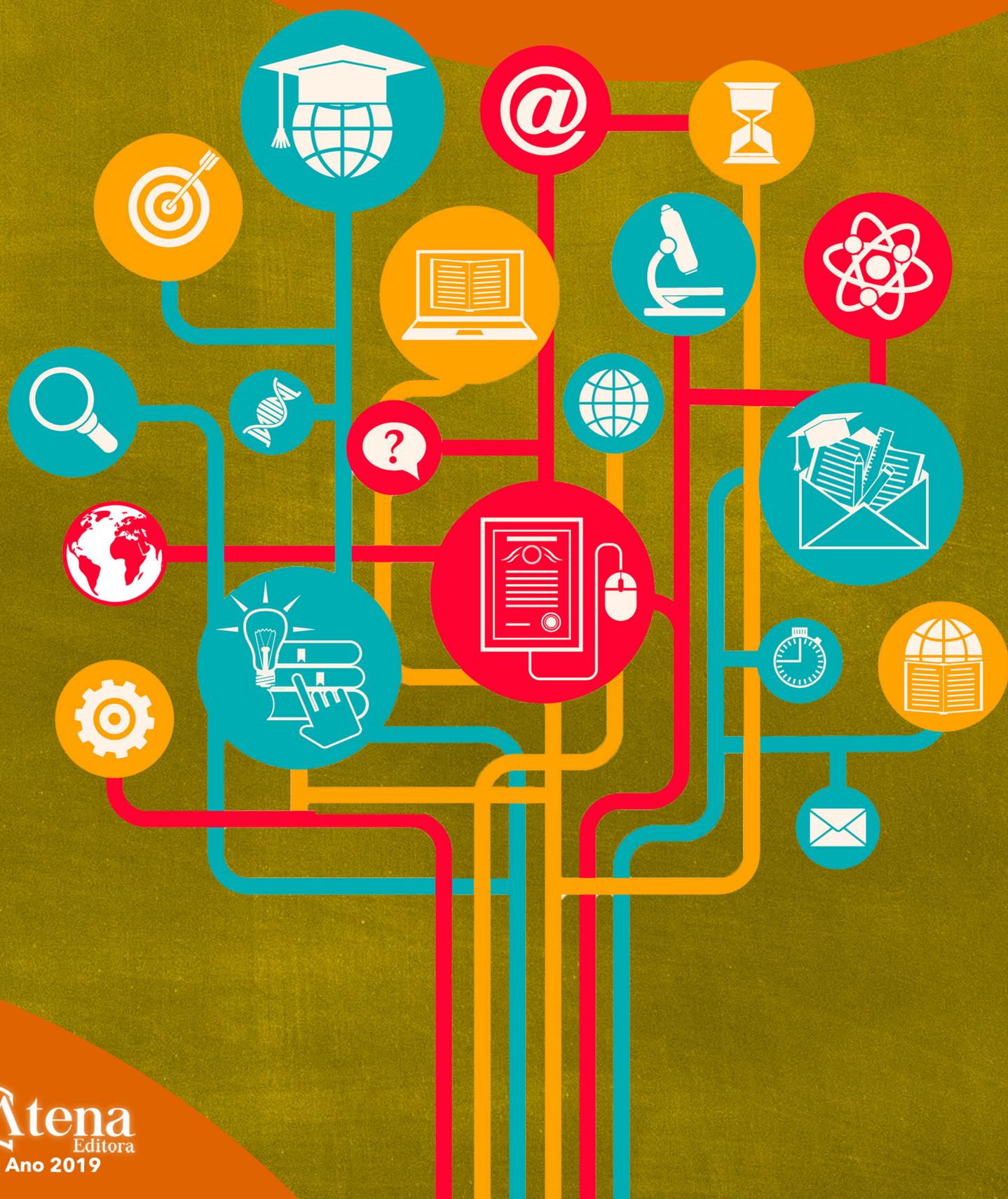


Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 2



Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços,  
Limites e Contradições 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 2 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-480-1 DOI 10.22533/at.ed.801191107</p> <p>1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
IMPACTOS GERADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL: O TEMA SUSTENTABILIDADE GANHA MAIS RELEVÂNCIA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Dalva Olivia Azambuja Ferrari	
DOI 10.22533/at.ed.8011911071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO: AÇÕES EDUCACIONAIS DA CASA DA CIÊNCIA DO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	
Fernando Rossi Trigo	
Flávia Fulukava do Prado	
André Peticarrari	
Marisa Ramos Barbieri	
DOI 10.22533/at.ed.8011911072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
METODOLOGIAS ATIVAS: AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE AOS PROBLEMAS DE GESTÃO	
Wagner Cardoso Silva	
Ana Cristina Mende Muchon	
Daniela Vasconcelos Cardoso de Assunção	
Evelyne Lopes Ferreira	
Fabricia Candida Aparecida de Paula Raggi	
DOI 10.22533/at.ed.8011911073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
INTERDISCIPLINARIDADE E INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL - UM CASO PRÁTICO	
João Leandro Cássio de Oliveira	
João Francisco Sarno Carvalho	
Carla Soares Godinho	
DOI 10.22533/at.ed.8011911074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
MUSEU FAMILIAR E O PAPEL DA GUARDIÃ DE OBJETOS E MEMÓRIAS	
Frantieska Huszar Schneid	
Francisca Ferreira Michelin	
DOI 10.22533/at.ed.8011911075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
NOSSOS DIAS: EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE	
Leonardo da Silva Cezarini	
DOI 10.22533/at.ed.8011911076	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>81</b>
O PROCESSO EXCLUDENTE QUE PROVOCA A EVASÃO ESCOLAR DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	
Erikah Pinto Souza Jarles Lopes de Medeiros Alexsandra dos Santos Barbosa Marcos Adriano Barbosa de Novaes Johnantan Santiago Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911077</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>92</b>
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO AUXÍLIO DO LETRAMENTO E COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO DE GRAU LEVE DE DOIS A SETE ANOS	
Franklin Façanha da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911078</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>104</b>
POLÍTICAS E DIREITO DOS IDOSOS NA AGENDA SOCIAL BRASILEIRA	
Gisele Pasquini Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911079</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>123</b>
POR UMA PRAXIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR HUMANISTA: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	
Evely Najjar Capdeville Sônia dos Santos Osvaldo Peixoto Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110710</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>133</b>
PRÁTICAS NA METODOLOGIA DE ENSINO DE BIOLOGIA – UMA PROPOSTA PARA AUXILIAR O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Larissa Gonzaga Ferreira Silvia Dias da Costa Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110711</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>139</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 11645/2008	
Cristiane Bartz de Ávila	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110712</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>150</b>
PRESSUPOSTOS LIBERAIS, REFORMA DO ESTADO (1995) E A GESTÃO ESCOLAR	
Gislaine Buraki Kathelyn Kalyna Belli Suzanete Aparecida de Freitas Vaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
REFLEXÕES SOBRE O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Patrícia Fortuna Wanderley Prazeres</a> <a href="#">Andrea Berenblum</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REINVENÇÃO DE PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES	
<a href="#">Débora Monteiro do Amaral</a> <a href="#">Valter Martins Giovedi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<a href="#">Maria Aparecida Rodrigues Rocha</a> <a href="#">Rayane da Cruz Silva</a> <a href="#">Simone Regina Silva d`Almeida</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: UMA APROXIMAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	
<a href="#">Lina Maria Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
SUBJETIVIDADES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETOS DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DA REVISTA ELO	
<a href="#">Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>208</b>
UMA INTERVENÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL EM CRIANÇAS COM HISTÓRICO DE FRACASSO ESCOLAR	
<a href="#">Quezia Crispa Isnardi</a> <a href="#">Silvia Nara Siqueira Pinheiro</a> <a href="#">Leticia Soares Leite</a> <a href="#">Karen Pereira da Motta</a> <a href="#">Lívia Magalhães Vidinha</a> <a href="#">Mariana Souza de Oliveira</a> <a href="#">Milene Bohm</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
USE OF CONCEPT MAPS AS A STRATEGY FOR TEACHING-LEARNING AND ASSESSMENT TOOL IN GEOGRAPHY LESSONS	
<a href="#">Márcio Aurélio Carvalho de Moraes</a> <a href="#">Francisco Willians Makoto Plácido Hirano</a> <a href="#">Tatiana de Sousa Araújo</a> <a href="#">Gustavo de Castro Nery</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110720</b>	



## INTERDISCIPLINARIDADE E INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL - UM CASO PRÁTICO

### João Leandro Cássio de Oliveira

Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Doutorando em Inovação Tecnológica (UFMG). Almenara - MG

### João Francisco Sarno Carvalho

Professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Doutorando em Inovação Tecnológica (UFMG), Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Belo Horizonte - MG

### Carla Soares Godinho

Bióloga (UNIMONTES), Mestre em Microbiologia (UFV) e Doutoranda em Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica (UFMG). Montes Claros - MG

**RESUMO:** Este trabalho tem como objeto de estudo a gestão de uma entidade educacional, especificamente a pesquisa buscou entender os elementos de interdisciplinaridade e inovação no contexto da organização e tomada de decisão a partir do Conselho Gestor do Campus Almenara. A lei nº 11.892 de 2008 em seu artigo sexto definiu os Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico, como Instituição de Ensino com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior,

otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. O IFNMG como uma entidade educacional, busca aplicar uma forma de gestão mais participativa, assim o presente trabalho traz a seguinte problematização: é possível inovar a gestão no contexto da interdisciplinaridade? O trabalho tem por objetivo fazer a descrição completa do modelo de gestão praticado no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais em Almenara, pretendendo especificamente, analisar se a gestão deste campus está caminhando em direção à gestão centralizada ou democrática, a funcionalidade deste conselho perante a gestão do campus e fortalecer a discussão de um modelo de gestão baseado na descentralização. A metodologia é caracterizada como descritiva e foi realizada a partir de levantamento documental e bibliográfico. Podemos concluir que o IFNMG em Almenara está caminhando cada vez mais para a prática de uma gestão participativa e democrática através da inovação e da interdisciplinaridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Democrática. Gestão Gerencial. Institutos Federais.

**ABSTRACT:** This work has as object of study the management of an educational entity, specifically the research sought to understand the elements of interdisciplinarity and innovation in the context of the organization and decision

making from the Management Council of Almenara Campus. Law No. 11,892 of 2008, in its sixth article, defined the Federal Institutes of Technical and Technological Education as a Teaching Institution with the purpose of offering professional and technological education at all levels and modalities and promoting the integration and verticalization of professional education, from basic education to higher education, optimizing the physical infrastructure, staffing and management resources. The IFNMG as an educational entity seeks to apply a more participatory management form, so the present work brings the following problematization: is it possible to innovate management in the context of interdisciplinarity? The purpose of this work is to provide a complete description of the management model practiced at the Federal Institute of Northern Minas Gerais in Almenara, specifically aiming to analyze whether the management of this campus is moving toward centralized or democratic management, the functionality of this council before the management and strengthen the discussion of a management model based on decentralization. The methodology is characterized as descriptive and was based on a documental and bibliographic survey. We can conclude that the IFNMG in Almenara is moving increasingly towards the practice of participatory and democratic management through innovation and interdisciplinarity.

**KEYWORDS:** Democratic Management. Management Management. Federal Institutes.

## 1 | INTRODUÇÃO

Baseada em uma formação prática voltada diretamente para o mercado de trabalho, a educação técnica profissionalizante tem em sua gestão a missão de oferecer ensino de qualidade para suprir a escassez de pessoal qualificado no mercado brasileiro, pois de acordo com o IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), foi demonstrado que a taxa de desemprego na faixa etária dos 15 a 24 anos foi de 16,3% em 2011, ao passo que para faixa etária de 25 a 49 anos foi de 5,7% da população no mesmo período.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2008, feito pelo INEP, mostram que o ensino profissionalizante no Brasil registrou maior crescimento no número de matrículas, em relação aos demais tipos de ensino. O aumento foi de 14,7%. O total de estudantes que cursava esse ensino naquele ano chegou a 795 mil. Em 2007, eram 693 mil estudantes.

Compactuando com a ideia de fortalecimento do ensino profissionalizante, em 2008 foram criados os Institutos Federais, cuja proposta é de agregar à formação acadêmica a preparação para o mercado de trabalho e fortalecimento da formação humana e social dos jovens.

Esta nova modalidade de aplicação da educação brasileira, trouxe a necessidade de uma atenção diferenciada para a gestão da educação. Compreender esse processo e os desdobramentos dele decorrente e construir métodos de gestão educacional para tais entidades se torna um desafio positivo para toda comunidade escolar inserida neste contexto pedagógico.

A Gestão propriamente dita trabalha na perspectiva do alinhamento entre pessoas, processos, planejamento e controle contribui para a eficiência dos objetivos traçados em uma entidade. Na área educacional não é diferente, os desafios de uma gestão eficiente é perene, não só na sua vértice principal (o ensino e aprendizado), mas no atendimento à sociedade em geral e particularmente na formação do cidadão.

Os Institutos Federais necessitam de uma gestão eficiente e responsável socialmente, pois se tratam de entidades educacionais compromissadas com ensino e aprendizagem, além de serem fundamentais no processo de articulação de política pública voltada para o desenvolvimento local de uma região.

Os Institutos Federais foram criados com uma estrutura política-pedagógica altamente inovadora, pois o modelo institucional é balizado na forma conceitual de *multicampi* e *pluricurricular*, voltado para educação profissional, técnica e tecnológica, sendo esse um modelo de instituição inédita no país.

O IFNMG em Almenara é um campus criado a seis anos. No ano de 2015 foi instituído o Conselho Gestor, este se define como órgão consultivo e deliberativo de apoio à gestão e tomada de decisão do presente Campus.

Nas últimas décadas vem se pesquisando muito no Brasil sobre gestão da educação, principalmente sobre aspectos que criam um paralelo comparando uma gestão democrática a uma gestão centralizada.

O IFNMG como uma entidade educacional, busca aplicar uma forma de gestão mais participativa, assim o presente trabalho traz a seguinte problematização: é possível inovar a gestão no contexto da interdisciplinaridade?

Este trabalho tem por objetivo fazer a descrição completa do modelo de gestão praticado no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais em Almenara. Pretendendo especificamente:

- Analisar se a gestão deste campus está caminhando em direção à gestão centralizada ou democrática;
- A funcionalidade deste conselho perante a gestão do campus;
- Fortalecer a discussão de um modelo de gestão baseado na descentralização.

## **2 | SISTEMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL.**

### **2.1 Contextualização histórica.**

Para entender as políticas públicas de gestão da educação, é necessário inicialmente a compreensão histórica das relações sociais com o papel do estado na estruturação dessas políticas. A partir do fim da segunda guerra mundial, o mundo via as políticas de bem-estar social sendo praticadas, assim segundo Perry (1996) o estado de bem-estar social era caracterizado por políticas voltadas para o investimento

público, notadamente pela garantia do pleno emprego.

De acordo com Perry (1996), este estado de bem-estar social entrou em crise, e com o objetivo de combater essa crise, pensadores liderados por Friedrich Hayek, criaram o pensamento neoliberal que era baseado no oposto das políticas (keynesianas) vigentes naquele período.

Para Perry (1996) o neoliberalismo poderia ser entendido como estado mínimo para com as políticas sociais e forte nos compromissos com os interesses do capital. Para Peroni (2003) na visão neoliberal o Estado assume características restritivas, com funções coercitivas, diminuindo a participação e a autonomia dos sujeitos, canalizando todas as ações para a manutenção e o fortalecimento dos processos que atendam às necessidades do mercado. O modelo neoliberal acreditava que a crise no estado (pós bem-estar social) aconteceu devido à forma de organização estatal. Para a superação de tal crise era salutar uma reestruturação do desenvolvimento econômico baseado na reforma do Estado. Nesta reestruturação, o Estado passa a ser o gerenciador e não o responsável pelas políticas sociais.

Segundo Cabral Neto (2009) na década de 1990 o modelo de gestão na escola estava articulado ao papel de redefinição do estado brasileiro, através da reorganização do aparelho de Estado sustentado pelas condições do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado em 1995. A educação foi marcada pela descentralização, isso quer dizer que o Estado passava a responsabilidade financeira, de execução e de oferta para o setor privado e para sociedade civil, contudo, o Estado continuava a controlá-la, tal controle era feito por meio das definições de metas e diretrizes, as quais eram acompanhadas através de avaliação, assim o Estado cobrava resultados e conferia o cumprimento de diretrizes e metas.

## 2.2 Gestão Gerencial e Gestão Democrática na educação

Segundo Luck (2006) a Gestão pode ser entendida pela participação das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seus trabalhos. Assim, o processo pedagógico é fortalecido de forma democrática, aos quais trazem efetivas contribuições aos resultados educacionais com mais efetividade.

Para Lima (2001) citado em Lima, Prado e Shimamoto (2011, p. 7):

[...] denominada **gestão gerencial** privilegia a participação funcional onde os sujeitos “colaboram” e suas opiniões são parcialmente acatadas. A participação instrumental se dá com a aceitação de um objetivo prévio com contornos próximos de democracia de representação como fim de captar recursos e referendar ações de controle. Neste processo, para além da técnica, objetiva-se a sujeição, o consenso, a reprodução. A gestão, assumindo o discurso de funcionários parceiros, comunidade parceira, dilui e fragiliza as possibilidades de emancipação e superação da estrutura posta.

Para Cabral Neto (2011) o modelo gerencial vê as unidades de ensino como empresas, o diretor passa a ser gestor, ele é quem deve cuidar e gerir a escola como um todo, ou seja, tem de administrar as finanças, materiais, recursos humanos e

cumprir obrigações demandadas pelo governo. Alguns podem analisar tal situação como uma conquista de autonomia escolar, mas está “autonomia” é cobrada através da eficiência em relação ao alcance de metas e principalmente na prestação de contas da escola.

A Gestão Democrática é o contraponto da Gestão Gerencial, assim Lima, Prado e Shimamoto (2011, p. 7) definem Gestão Democrática, como:

Uma prática fundada em preceitos participativos e políticos. Ela não instrumentaliza a manutenção da escola, mas organiza a comunidade para buscar nos órgãos públicos a responsabilidade por sua manutenção. Constitui-se, portanto, nos fundamentos que tornam a escola vinculada a um sistema descentralizado, no qual haja autonomia de decisão financeira, pedagógica e administrativa. É, portanto, fundamental a existência de mecanismos de participação da comunidade escolar que possibilitem a tomada de decisões coletivas para a construção do controle social. Isto, de modo algum implica em eximir o Estado da manutenção desta escola. Não significa, deste modo, que a escola seja a responsável pelo autofinanciamento de seus gastos.

Para os mesmos autores a gestão democrática, se constitui: “na elaboração de um projeto político-pedagógico, questionando os planos e programas, secundarizando os exames, privilegiando um processo de qualidade na qual o aprendizado seja essencial, introduzindo o aluno no mundo do debate e da participação, aproximando-se da comunidade e trazendo-a para a discussão de temas vinculados à política, à economia, às violências, ao desemprego, às eleições. Enfim, a escola se faz presente no contexto real, na conjuntura dinâmica da sociedade”.

### **3 | REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS INSTITUTOS FEDERAIS**

Segundo Manfredi (2002) a rede federal de educação profissional teve seu início no século passado, especificamente em 1909, as primeiras escolas foram as chamadas Aprendizizes Artífices, passando pelas Escolas Técnicas e chegando aos CEFET's.

A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, veio institucionalizar oficialmente a rede no âmbito do sistema federal de ensino, como Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vinculação junto ao Ministério da Educação sendo composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais e por 24 Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais.

Otranto (2010) apresenta que através da lei 11.892/2008 os Institutos Federais devem ser considerados instituições de ensinos que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais de ensino.

Assim a lei nº 11.892/08 em seu artigo 6º definiu os IFETs, como uma Instituição de Ensino com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e a verticalização da educação

profissional, desde a educação básica até a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Segundo o MEC (2015) atualmente os Institutos Federais cobrem todo o território nacional, contribuindo para a qualificação de profissionais para diversos setores da economia brasileira, produzindo pesquisa e serviços no fomento do setor produtivo. São 562 unidades espalhadas por todo Brasil.

### 3.1 A Gestão do Institutos Federais

A lei nº. 11.892/08, nos artigos 9º e 11º mostram a estrutura de gestão da seguinte forma: “cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” e que “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores”.

Para Fernandes (2009) os Institutos Federais têm um modelo diferenciado de gestão, o que os tornam únicos em relação às outras instituições de ensino no Brasil. Isso acontece devido a atuação dos IFs em diversos níveis de educação associado ao Ensino, Pesquisa e Extensão com sua organização estruturada em multicampi e pluricurricular.

A lei nº. 11.892/08, nos artigos 9º e 11º mostram a estrutura de gestão da seguinte forma: “cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” e que “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores”.

Os Institutos Federais são normatizados pelo Regimento Geral (RG). O RG é o conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento comuns aos vários órgãos, unidades e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal nos planos administrativo, acadêmico e disciplinar, complementando as disposições estatutárias.

A reitoria tem funções mais estratégicas, como definição das formas e políticas públicas adotadas, controle e principalmente supervisão. Para o êxito de tais funções existem no IF's as pró-reitorias: Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Extensão e Pesquisa, pós-graduação e inovação. Cada uma das pró-reitorias contam com um diretor executivo, além de toda uma equipe de profissionais.

Na estrutura organizacional e deliberativa, existe o Conselho Superior, órgão máximo dentro de um Instituto Federal, de caráter consultivo e deliberativo. Presidido pelo reitor, conta com representantes docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos diretores-gerais de *campi*. O Conselho Superior é um órgão colegiado que tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação de um Instituto Federal, no

âmbito acadêmico e administrativo, tendo como finalidade o processo educativo de excelência.

Outo órgão importante é o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria que é constituído pelo Reitor, como presidente, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais dos campi. Tem a função de apreciar a distribuição interna de recursos, apreciar propostas de criação e de extinção de cursos, recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes, propor ao Conselho Superior a criação e a alteração de funções, bem como de órgãos administrativos da estrutura organizacional.

Os *campi* são as unidades que fato são a razão da existência dos IF's, são os campi os responsáveis pelo alcance dos objetivos fundamentais, como por exemplo, o ensino e aprendizado. Como o país é muito diversificado, a realidade cada Campus tem uma realidade, assim respeitando tais diferenças, apresentaremos a estrutura de gestão mais comuns aos campi.

Um campus tem a seguinte distribuição em sua gestão: Direção Geral, composta por um Professor eleito, Diretor de Administração e Planejamento e Diretor de Ensino, ambos nomeados pelo Diretor Geral, além de Coordenadores de Pesquisa, Administração e Extensão. A estas funções existem as unidades que operacionalizam e apoiam a gestão como: Coordenação de Recursos Humanos, Coordenação Pedagógica, Tesouraria e Contabilidade, Compras e Licitações e Almoxarifado.

### 3.2 O Campus Almenara

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara, iniciou oficialmente suas atividades em 21 de Outubro de 2010, através da portaria do então ministro, Fernando Haddad, nº 108, de 29 de janeiro de 2010, publicada no diário Oficial de 1º de fevereiro de 2010, página 15, seção 10. O IFNMG é uma instituição de educação que oferta cursos técnicos nas modalidades: Integrado ao Ensino Médio, Concomitante e Subsequente.

Segundo o IFNMG/Almenara (2015) na modalidade integrado ao médio, o aluno faz simultaneamente o ensino médio e o curso técnico da área escolhida. A modalidade concomitante exige que o aluno esteja cursando a 2ª ou 3ª série do ensino médio, em outra instituição de ensino; paralelamente, ele faz o curso técnico no IFNMG/Almenara, e a modalidade subsequente, é necessário que o aluno já tenha concluído o ensino médio.

O Campus também conta com cursos superiores nas modalidades tecnólogo e bacharel. Sendo assim, o Campus Almenara visa o trabalho em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades do desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

A abrangência geográfica do IFNMG - Campus Almenara compreende a região do Baixo Jequitinhonha, sendo esta formada por 16 municípios, que cobrem uma área de 15.439,2 km<sup>2</sup> e com uma população de, aproximadamente, 180 mil habitantes (IBGE, 2010). O município de Almenara, distante 722 km de Belo Horizonte, possui uma população de 38.775 habitantes (82% urbana) e uma área de 2.294 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A gestão do Campus se diferencia pelo Conselho Gestor. Segundo o IFNMG/Almenara (2015) o Conselho Gestor é um órgão consultivo e deliberativo e de assessoramento à Direção-Geral, naquelas matérias de interesse exclusivo da Unidade de Ensino e integrante da estrutura administrativa básica do Campus, tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento dos processos educativo, administrativo e orçamentário-financeiro e de zelar pela correta execução das políticas de gestão no Campus.

### 3.3 A interdisciplinaridade em questão

Não cabe aqui questionar a eficiência da ciência a partir das disciplinas e da departamentalização. Aliás, sabe-se que o avanço da CTI só ocorreu a partir das pesquisas realizadas a partir das ciências e suas departamentalizações.

Entretanto, como mostraram Waldman e Dalpian (2017) a disciplinaridade atua na solução de problemas e a interdisciplinaridade na problematização de soluções.

O avanço cada vez mais rápido das tecnologias também reverberam em diferentes mudanças para a sociedade, até mesmo na redefinição do conceito do termo.

Para Philippi Júnior, Fernandes e Pacheco (2017, p. 8)

A tecnologia tornou-se parte importante das relações sociais e dos próprios espaços de interação, redefinindo territorialidades, compreensões de mundo e, até mesmo processos cognitivos. Na atualidade, o próprio conceito de sociedade só pode ser adequadamente definido quanto contextualizado na reconfiguração proporcionada pelas novas tecnologias.

As mudanças estruturais na sociedade reverberam na inovação, na ciência e na tecnologia. Bevilacqua (2011, p. 798) nos alerta ao informar que estamos “diante de uma nova ciência e tecnologia, e que as concentrações clássicas estão sendo ultrapassadas em favor de uma nova reorganização científica e tecnológica”.

Por isso, para galgar a demanda que busca responder às questões ligadas à inovação tecnológica, sobretudo em consonância com os estudos de educação, ciência e tecnologia, realizou-se a junção de disciplinas oriundas das Ciências Sociais, da Educação, da Gestão em uma construção interdisciplinar, que sustentou o referencial teórico, e auxiliou na busca da resposta da pergunta que problematiza essa pesquisa.

Essa proposta é reforçada por Philippi Júnior, Fernandes e Pacheco (2017) que afirmam que na atualidade a interdisciplinaridade é fundamentável para se desenvolver a CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação). Para os autores a interdisciplinaridade é um

importante meio de se enfrentar os desafios da atualidade.

Para Faria (2015, p. 107) “A interdisciplinaridade decorre da necessidade de se dar conta de novos problemas, de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos, filosóficos e tecnológicos”.

A partir dessa proposta, executa-se, nessa proposta, o que Alvarenga *et al.* (2015) indica como religação dos saberes.

Raynaut (2011, p. 95) mostra que “[...] existem outras questões, outras problemáticas, que não emergem da própria dinâmica das disciplinas, mas nascem das interrogações formuladas pelas sociedades”. Para ele, essas questões a serem investigadas são “necessidades de conhecimento que não podem ser identificadas e problematizadas apenas por um olhar científico” (RAYNAUT, 2011, p. 95).

Embora delimitemos um tema específico para investigação essa condição não implica diretamente em analisa-lo apenas por um olhar científico já que não devemos abandonar as múltiplas facetas que constituem o tema (FRIGOTTO, 2008).

Pombo (2005, p. 13) mostrou que vivemos uma era de transformações epistemológicas e que faz necessário “abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e que ninguém é proprietário exclusivo”.

Sabe-se que elaborar uma pesquisa na área interdisciplinar é tarefa desafiadora já que é “no âmbito da interdisciplinaridade que grandes desafios epistemológicos – teóricos e metodológicos – se colocam” (CAPES, 2009, p. 6). Frigotto (2008, p. 44) coloca como desafio na área interdisciplinar a capacidade “transcender a fragmentação e o plano fenomênico, heranças fortes do empiricismo e do positivismo.”

Embora repleta de condições avessas ao positivismo, optamos pela elaboração interdisciplinar desta tese porque a interdisciplinaridade consiste na

[...] convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas (CAPES, 2009, p. 6).

Huutoniemi *et al.* (2010) defendem a ideia de que a pesquisa interdisciplinar é complexa e por isso é complexo estabelecer um conceito único de interdisciplinaridade. Por isso, não será adotada uma única definição de interdisciplinaridade e objetiva-se trabalhar a partir dos princípios gerais. Isto é, os entraves metodológicos, teóricos e tecnológicos para a ciência contemporânea

[...] por entendermos que é no âmbito desses princípios gerais que se colocam os grandes desafios teóricos, metodológicos e tecnológicos para o avanço da ciência contemporânea, levando em conta os novos problemas colocados pelos fenômenos complexos e também pelo paradigma simplificador da ciência moderna ou clássica (ALVARENGA *et al.*, 2015, p. 64).

Colocadas as condições acima, nota-se que estudo tem caráter interdisciplinar, evidenciados no referencial teórico e na metodologia. O tema estudado impõe um olhar

interdisciplinar, a construção com essa característica não pode ser feita “seguindo meramente algumas “receitas” metodológicas” (RAYNAUT, 2011, p. 70).

#### 4 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza como descritivo, pois busca fazer uma conexão entre a realidade e a literatura. Gil (1991, p. 46), explicita que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Vergara (2005, p. 71) complementa afirmando que neste tipo de pesquisa não existe o comprometimento de prestar explicações dos fatos descritos.

O caráter exploratório se deve a carência de informações sobre o assunto abordado neste trabalho. Gil (1991) assegura que este tipo de metodologia permite criar maior familiaridade com o problema.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de caracterizada em estudo de caso, documental e bibliográfica. Yin (2002, p. 32) elucida que o “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Vergara (2005) confirma que este tipo de estudo é limitado a um ou poucos agentes. No que diz respeito ao delineamento documental, Gil (1991, p. 57) comenta que essa abordagem se assemelha com a bibliográfica, sendo a fonte de dados principal diferença.

#### 5 | RESULTADOS

O Conselho Gestor do IFNMG/Almenara é objeto de estudo deste trabalho, a seguir será feita a descrição e a forma como este conselho funciona no presente Campus, nos permitindo assim responder a questão de pesquisa e a possibilidade de êxito no que se refere aos objetivos deste trabalho.

De acordo com o regulamento do Conselho Gestor do IFNMG Almenara, este conselho tem as seguintes deliberações:

Art. 1º. O Conselho Gestor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Almenara é um órgão consultivo e deliberativo e de assessoramento à Direção-Geral, naquelas matérias de interesse exclusivo desta Unidade de Ensino e integrante da estrutura administrativa. O Conselho Gestor como órgão consultivo e deliberativo tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento dos processos educativo, administrativo e orçamentário-financeiro e de zelar pela correta execução das políticas do IFNMG em Almenara.

Art. 2º. O Conselho Gestor será composto por 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, de

conformidade com os artigos 7º e 18, do Regimento Interno do Câmpus Almenara

Art. 3º. O Conselho Gestor terá a seguinte composição: I – Diretor-Geral; II – Diretor da Diretoria de Administração e Planejamento ou cargo equivalente; III – Diretor da Diretoria de Ensino ou cargo equivalente; IV – Diretor da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação ou cargo equivalente; V – Diretor da Diretoria de Extensão ou cargo equivalente; VI – 02 (dois) representantes dos docentes, eleitos por seus pares; VII – 02 (dois) representantes dos técnico-administrativos em educação, eleitos por seus pares; VIII – 02 (dois) representantes discentes, eleitos por seus pares, sendo um representante dos cursos superiores e o outro dos cursos técnicos de nível médio; IX – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, indicados por órgãos do setor público e/ou empresas estatais. X – 02 (dois) representantes de pais dos discentes, eleitos em assembleia convocada pelo Diretor-Geral, especificamente para esse fim; § 1º O presidente do Conselho Gestor será o Diretor-Geral e, em sua falta ou impedimentos, o seu substituto legal IFNMG.

Art. 5º. As competências gerais do Conselho Gestor são:

I - subsidiar o Diretor-Geral com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;

II - avaliar as diretrizes e metas de atuação do Câmpus e zelar pela execução de sua política educacional;

III - apreciar o calendário escolar de referência da Instituição de Ensino;

IV - assessorar a Direção-Geral do Câmpus na divulgação das atividades da Instituição junto à sociedade;

V - opinar e deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação;

VI – definir as diretrizes para a atuação do Câmpus de acordo com as políticas educacionais estabelecidas pelo Conselho Superior do IFNMG;

VII – aprovar projetos e planos de ação, específicos para esta unidade de Ensino, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos documentos aprovados pelos órgãos colegiados superiores;

VIII – apreciar a proposta orçamentária anual do Câmpus;

IX – apreciar e emitir parecer a respeito dos projetos pedagógicos, a organização didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares, encaminhando-os às instâncias superiores do IFNMG;

X – emitir parecer à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Conselho Superior do IFNMG, se necessário, a respeito de propostas de criação, de extinção ou de desativação temporária de cursos, bem como de alteração curricular e de registro de diplomas, no âmbito do Câmpus;

XI – propor e analisar propostas de alterações da estrutura administrativa do Câmpus;

XII – Aprovar o regime disciplinar do corpo discente, estabelecido em regulamento próprio, observadas as disposições gerais emanadas do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Conselho Superior e da Reitoria do IFNMG;

XIII - Deliberar, em primeira instância sobre os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação Regimento Interno do Campus;

XIV - Aprovar alterações de nomenclatura de cargos comissionados e funções gratificadas, bem como suas criações dentro da estrutura organizacional do Campus;

XV – Supervisionar o processo de eleição do Diretor-Geral do Campus, com base na legislação vigente e nas normas emanadas da Reitoria do IFNMG. Parágrafo único: As propostas de criação de novos órgãos e/ou alterações na estrutura organizacional do Campus, submetidas à apreciação do Conselho Gestor, deverão necessariamente estar acompanhadas das atribuições/competências desses novos órgãos e/ou decorrentes das alterações propostas.

De acordo com o Presidente do Conselho Gestor, o Diretor Geral, este conselho vem funcionando no campus desde novembro de 2014. Com reuniões bimestrais, é o conselho gestor quem define as formas de governança do IFNMG no campus Almenara. Ainda segundo o presidente, o conselho está sendo bastante efetivo, inclusive a última reunião definiu o planejamento interno do IFNMG Almenara para 2016.

## 6 | CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível trazer a discussão de gestão democrática versus gestão gerencial para campo da prática. Conforme foi descrito aqui, os anos noventa foi uma década caracterizada pela mudança de responsabilidades da gestão escolar, o que deixou a gestão caracterizada como gerencial.

Os Institutos Federais são entidades que ainda não têm uma década de existência, além de novos são estruturas educacionais completamente diferente de outras entidades educacionais presentes no Brasil.

Neste estudo foi possível perceber que IF's se mostram ainda com uma estrutura hierárquica centralizada na figura do Reitor (enquanto gestor universal) e por consequência na figura do Diretor Geral (representante máximo de cada Campus).

Mas por outro lado podemos perceber que os IF's estão caminhando para que o sistema de gestão seja cada vez mais democráticos e participativos, pois em se tratando da administração geral, as Reitorias, existem o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, órgãos que apoiam a tomada de decisão e práticas de operacionalização da Gestão. Em relação as unidades de ensino, no caso específico do Campus Almenara, existe o Conselho Gestor, órgão que avalia e delibera questões estratégicas com a participação das categorias (Docentes, Discentes, Servidores Técnicos) do Campus e principalmente coma participação da sociedade civil.

Devido a limitação e os objetivos da pesquisa, não avaliamos a eficiência e eficácia do Conselho Gestor em Almenara, mas foi detectado que no ano de 2015, todas as questões estratégicas do presente Campus passaram pela avaliação e aprovação daquele Conselho.

Portanto, diante dos resultados da pesquisa, concluímos que trabalho nos

mostrou que o IFNMG Almenara é uma entidade ainda muito recente, com apenas 8 anos de existência, mas que já objetiva e caminha para que a sua gestão seja cada vez mais democrática, inovadora e interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza de.; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; SOMMERMAN, Américo; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas tramas da complexidade e desafios aos processos investigativos**. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. *Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e na Pesquisa*. Barueri: Manole, 2015, p. 37-90.
- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ANTONIO BOSCO DE LIMA; JEOVANDIR CAMPOS DO PRADO; SIMONE VIEIRA DE MELO SHIMAMOTO. **Gestão democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada - novos nomes velhos rumos**. Biblioteca Anpae – Série Cadernos: n. 11 – 2011 – ISSN 1677-3862. São Paulo, 2011.
- BEVILACQUA, Luiz. Primórdios da Área Multidisciplinar da Capes e suas influências na Pós-Graduação e na Graduação. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 785-802.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.
- \_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em 02/09/2015.
- \_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Federal - Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2008.
- CABRAL NETO, Antônio. **Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias**. In: FRANÇA, M.; BEZERRA, M. C. (Orgs.). *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livros, 2009.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Diretora de Avaliação. **Documento de área 2009**. Área de avaliação: Interdisciplinar. Coordenador de área: Arlindo Philippi Junior. 2009. [S.I.]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER13jan10.pdf>. Acesso em: abr. 2018
- FARIA, José Henrique de. Epistemologia crítica, metodologia e interdisciplinaridade. In: **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e na Pesquisa**. Barueri: Manole, 2015, p. 91-136.

FERNANDES, F. C. M. **Gestão dos Institutos Federais: O desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Holos (Natal. Online), v. 2, p. 03-09, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como Necessidade e Como Problema nas Ciências Sociais. **Revista Ideação**. Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acesso em: mai. 2017.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HUUTONIEMI, K. et al. Analyzing interdisciplinarity: typology and indicators. **Research Policy**, v. 39, n. 1, p. 79-88, 2010

IBGE – **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=31>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília 2012.

IFNMG. **Reitoria**. <http://participe.ifnmg.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Minuta-Regulamento-Conselho-Gestor.pdf>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar - levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 15 maio 2017.

MANFREDI. S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, Vera. **Breves considerações sobre a redefinição do papel do estado**. In: \_\_\_\_\_. Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto, C. S. **Interdisciplinaridade e institucionalização: reciprocidade e alteridade**. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo.; FERNANDES, Valdir.; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, Pesquisa e Inovação – Desenvolvendo a Interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017, p. 3-32.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: abr. 2018.

OTRANTO, Celia Regina. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS**. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan./jun. 2010, p. 89-110.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade**: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri: Manole, 2011, p. 69-105.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K.. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

WALDMAN, Helio.; DALPIAN, Gustavo Martini. **A universidade e a construção da interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo.; FERNANDES, Valdir.; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, Pesquisa e Inovação – Desenvolvendo a Interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017, p. 82-101.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-480-1

